XIX encontro nacional de pesquisa em ciência da informação
ENANCIB
// SUJEITO INFORMACIONAL E AS PERSPECTIVAS ATUAIS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. //
22-26 OUTUBRO 2018
LONDRINA/PR
Universidade Estadual de Londrina

**XIX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2018**

**GT-9 – Museu, Patrimônio e Informação**

# STRUTHIONIFORMES E PAQUIDERMES: CONSIDERAÇÕES SOBRE A MUSEALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO EM INSTITUIÇÕES DE SALVAGUARDA

**Luciana Oliveira Messeder Ballardo (Docente do Departamento de Museologia/FFCH-UFBA e Doutoranda do PPGMUS-UNIRIO)**

**Elizabete de Castro Mendonça (Docente do Departamento de Estudos e Processos Museológicos e do PPGMUS-UNIRIO)**

***Struthioniformes and Paquidermes: CONSIDERATIONS ON THE MUSEALIZATION OF ARCHAEOLOGICAL HERITAGE IN SAFEGUARD INSTITUTIONS***

**Modalidade da Apresentação: Comunicação Oral**

**Resumo:** Essa investigação é parte da pesquisa de doutorado denominada "Gestão de coleções arqueológicas musealizadas: dos métodos de campo à documentação museológica" vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGMUS-UNIRIO) e parte do pressuposto de que a documentação museológica pode colaborar de maneira significativa para a preservação do patrimônio arqueológico. Essa premissa é o ponto de partida para as reflexões sobre as possíveis articulações entre documentação arqueológica e documentação museológica, com o objetivo de discutir um estreitamento na relação entre os processos de musealização e o processo de pesquisa do patrimônio arqueológico, considerando desde aspectos relacionados à pesquisa pré-campo, perpassando pelos trabalhos realizados nas prospecções e escavações, incluindo as informações coletadas e, também, posterior análises dos materiais, até o depósito do material arqueológico em uma instituição. A abordagem metodológica inicia-se a partir dos princípios gerais do processo de musealização para questões específicas relacionadas à documentação museológica do patrimônio arqueológico. Como resultado preliminar, torna-se evidente que o processo de preservação do patrimônio arqueológico, desde a intervenção no sítio até a divulgação das pesquisas, pode ser assistido pelo processo de musealização e, nesse âmbito, as informações advindas da documentação arqueológica muito podem contribuir.

**Palavras-Chave:** Musealização; Patrimônio Arqueológico; Informação.

**Abstract:** This research is part of the PhD research project entitled "Management of museum archaeological collections: from field methods to museological documentation" linked to PPGMUS-UNIRIO and it parts of the assumption that museological documentation can contribute significantly to the archaeological heritage preservation. For the possible articulations between archaeological and museological documentations reflections, the goal is to argue a rapprochement between the musealization process and the archaeological heritage process research, regarding aspects of the pre-field search to the deposit of archaeological material in an institution. The approach starts with the musealization process as general premises to specific issues related to the archaeological heritage museological documentation. It becomes evident that archaeological heritage preservation process, from the intervention to the research propagation, can be assisted by the musealization process, and in this context the information coming from the archaeological documentation can help a lot.
**Keywords:** Museology; Archaeological Heritage; Information.

## 1 INTRODUÇÃO

O título desse trabalho foi criado para intrigá-lo(a) remetendo a duas ordens1 dentro da classificação biológica dos seres vivos: Struthioniformes e Paquidermes. Qual a relação desses animais com o patrimônio arqueológico e a Museologia? A ordem dos Struthioniformes, composta por aves como as avestruzes e as emas, por serem as aves mais pesadas e velozes, foi escolhida para representar o material arqueológico coletado em campo, que ingressa em grande quantidade e cadência acelerada aos espaços de salvaguarda2 para processamento e preservação3.

Os paquidermes, por sua vez, agrupam elefantes, rinocerontes e o hipopótamos, e foram eleitos para representar o volume de material arqueológico dentro das reservas técnicas4, não apenas de instituições brasileiras, como também no mundo todo. O uso da

1 Nível hierárquico, na classificação dos seres vivos, que agrupa famílias, que, por sua vez, agrupa as espécies.

2 Espaço que "desempenha o papel principal na estabilidade das coleções a longo prazo, para a pesquisa, a interpretação e exposição do patrimônio cultural" (SULLIVAN; CHILDS, 2003, p.45).

3 "Preservação é um conjunto de medidas e estratégias de ordem administrativa, política e operacional que contribuem direta ou indiretamente para a preservação da integridade dos materiais" (CASSARES, 2000, p. 12), no entanto, segundo Mendonça (2015, p. 91), é importante "destacar que este conjunto de medida e estratégias também contribui direta ou indiretamente para a potencialidade informacional sobre a referência cultural. Reúne teoria e prática, consciência política individual e/ou coletiva, particular e/ou institucional. Visa a proteger e a salvaguardar, focando hoje nas perguntas por que e para quem preservar".

4 "É o espaço físico utilizado para o armazenamento das peças do acervo de um museu, quando estas peças não estão em exposição. A guarda de um acervo demanda uma reserva técnica, com condições físicas adequadas, condições climáticas estáveis e condições de segurança apropriadas à conservação das obras" (CÂNDIDO, 2006, p. 153).

nomenclatura paquiderme é tão obsoleto quanto as estruturas completamente anacrônicas5 dos locais onde estão armazenadas.

As representações citadas ilustram, metaforicamente, alguns dos possíveis motivos do aumento do interesse de estudos museológicos no patrimônio arqueológico nos últimos anos, principalmente em relação às atividades desenvolvidas na musealização, especialmente no âmbito da documentação museológica de coleções arqueológicas, inseridas no contexto das instituições de guarda.

A documentação museológica,6 ao considerar informações endógenas ao material coletado, tais como o próprio sítio arqueológico (em seus aspectos geológicos, geográficos, contextuais, representativos) e as distintas relações estabelecidas no decorrer das múltiplas ocupações, pode contribuir para a preservação do patrimônio arqueológico em um espaço de salvaguarda. Nesse sentido, quais são as possíveis articulações entre documentação arqueológica e documentação museológica?

A relevância desse estudo está relacionada à investigação desenvolvida no âmbito da documentação museológica, utilizando como suporte a documentação arqueológica e o estreitamento da relação entre os processos de musealização e o processo de pesquisa do patrimônio arqueológico, desde a pesquisa anterior ao campo até o depósito do material arqueológico em uma instituição de salvaguarda7, se for o caso.

O estudo em desenvolvimento está balizado na abordagem dedutiva, partindo de premissas gerais dentro do processo de musealização, para questões específicas relacionadas à documentação museológica do patrimônio arqueológico, que incluam os dados das pesquisas de campo e dos sítios arqueológicos e a análise do material da documentação arqueológica como suporte de informação. 8 Nesse sentido, traz a atenção trabalhos que

5 Devido à falta de higienização e até deterioração do material, ausência de inventário ou catálogos que tornam as coleções inacessíveis para pesquisa, e a segurança insuficiente ou inexistente (SULLIVAN; CHILDS, 2003, p.32)

6 O uso do termo documentação museológica em vez de documentação em museus se dá porque ela está sendo compreendida como um mecanismo de preservação do patrimônio independentemente de em que espaço esteja sendo realizada. Além disso, é importante frisar que esta não é uma atividade restrita ao Museu. Seus procedimentos podem ser empregados também em espaços musealizados como: sítios arqueológicos (DIAS, 2013), cemitérios (NOGUEIRA, 2013), ou em qualquer outro lugar onde esteja presente o patrimônio cultural.

7 Cristina Bruno (2008) considera salvaguarda como os procedimentos relacionados à conservação e à documentação do acervo.

8 Essa investigação é parte de uma pesquisa de doutorado denominada “Gestão de coleções arqueológicas musealizadas: dos métodos de campo à documentação museológica”, vinculada ao PPGMUS-UNIRIO, sob orientação da Professora Elizabete Mendonça.

demonstram a diferença entre a documentação museológica elaborada de forma desarticulada da documentação arqueológica e a realização conjunta e cooperativa entre os dois processos.

## 2 MUSEALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E AS INSTITUIÇÕES DE SALVAGUARDA

O interesse do campo acadêmico sobre a musealização9 do patrimônio arqueológico10 tem crescido desde a década de 198011, repercutindo sobre a documentação museológica, particularmente a partir dos anos 200012, e apontando para um tímido crescimento no número de museólogos e arqueólogos focados em realizar reflexões que demonstrem preocupação com o uso das informações registradas nas intervenções de campo, com vistas a subsidiar o trabalho documental quando os artefatos ingressam nos espaços de guarda.

A causa disso é o deslocamento do eixo na relação desenvolvida com a Arqueologia, que, até a primeira metade do século XX, estava direcionada para a instituição museológica e, posteriormente, passou a centralizar-se na própria Museologia, considerando as similaridades entre as duas áreas de estudo, concernente ao interesse na preservação do patrimônio fisicamente e enquanto matriz de informações e conhecimento para a sociedade, em diferentes momentos. (MENDONÇA, 2012, p. 5).

O interesse na preservação do patrimônio tem sido congruente com o desenvolvimento do processo de musealização, que se inicia com a separação do artefato de um contexto inicial para tornar-se documento da realidade que o produziu e prossegue através do acondicionamento, conservação, investigação e difusão em instituições qualificadas para essas funções (LAIA; ARCURI, 2016). Quais ferramentas essas instituições têm utilizado para desenvolver suas atividades como parte do processo de musealização, que é principado

9 "É a atribuição de valores a objetos que, por suas qualidades, são selecionados com o objetivo de provocar o confronto do Homem com sua Realidade, Realidade construída pelo próprio Homem" (CURY, 2005, p. 30).

10 Segundo a Carta de Lausanne: "é a parte do nosso patrimônio material para a qual os métodos da Arqueologia fornecem os conhecimentos de base. Engloba todos os vestígios da existência humana e diz respeito aos locais onde foram exercidas quaisquer atividades humanas, às estruturas e aos vestígios abandonados de todos os tipos, à superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como aos materiais que lhes estejam associados" (ICOMOS, 1990).

11 Esse interesse partiu de pesquisadores como Pedro Schmitz (1988), Elizabete Tamanini (1999), Cristina Bruno (1984; 1999), Yacy-Ara Froner (1995), Marilúcia Bottallo (1996; 1998) apontados nas referências.

12 Entre os estudiosos do tema podem ser citados Elizabete Mendonça (2012), Saul Milder e Luciana Ballardo (2011; 2016) Manuelina Cândido (2001), Ana Paula Leal e Jaime Salles (2013) Carlos Guimarães e Évelin Nascimento (2006), Maria Scatamacchia e Gilson Rambelli (2001).

nas intervenções arqueológicas em campo? De que maneira os espaços de salvaguarda podem colaborar para as etapas iniciais do processo de musealização?

Duas experiências práticas podem ajudar a discutir tais questões. A primeira diz respeito à elaboração de um protocolo de ingresso de acervos arqueológicos, proposto por uma iniciativa conjunta das equipes do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo e do Laboratório Multidisciplinar de Investigação Arqueológica da UFPel (RS), baseado nas prerrogativas do Fórum de Arqueologia da SAB – Acervos Arqueológicos, realizado em abril de 2017 na cidade de Ouro Preto. O protocolo defende que "a gestão de acervos deve considerar a Musealização da Arqueologia (como conceito, método e políticas públicas) e a Conservação Arqueológica como campos científicos em processo de consolidação" (TOCCHETTO et al, 2017, p. 8 e 9). Isso demonstra que os espaços de salvaguarda têm se preocupado em elaborar instrumentos documentais, como o protocolo de ingresso, no intuito de direcionar o registro de informações que sejam congruentes com os dados requisitados na documentação museológica da instituição, a fim de garantir a continuidade dos processos de musealização do patrimônio arqueológico após sua incorporação ao acervo.

A segunda está relacionada ao trabalho levado a efeito pela equipe do Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal de Santa Maria (LEPA/UFSM)) que, segundo Dias (2013), desenvolveu métodos de acondicionamento de artefatos, baseado na análise do estado de conservação do objeto, objetivando reduzir ou evitar danos durante o transporte até o espaço de salvaguarda. Esses parâmetros de diagnóstico e armazenamento em embalagens e recipientes mais adequados durante os procedimentos de escavação servem para assegurar a preservação das condições físicas dos artefatos e, dessa maneira, colaboram para a continuidade do tratamento dos objetos, através de ações de conservação dentro da instituição, que também é parte essencial do processo de musealização.

A abordagem atual das pesquisas relacionadas a esse processo enfatiza a preservação de dados referentes aos sítios arqueológicos e as relações existentes entre os objetos coletados, em detrimento do simples registro apenas do próprio artefato, devido às características particulares desse tipo de patrimônio. Por que essa ênfase nos estudos de musealização direcionados para documentação museológica?

Há, pelo menos, três motivos, igualmente importantes, que têm se tornado catalisadores desse interesse: o primeiro, as coleções arqueológicas que ingressam em museus e outras instituições de salvaguarda chegam, por vezes, com informações desencontradas ou

insuficientes e, não ocasionalmente, se juntam a coleções depositadas por anos, advindas de doações, ou de pesquisas muito anteriores, com dados em mesma situação, quando não completamente ausentes.

De acordo com Ballardo (2013), a documentação arqueológica gerada em campo pode ser escassa e com uma linguagem compreensível apenas para quem a registrou. Dessa forma, assim como a avestruz que pode se manter ensimesmada em busca de alimento, com a cabeça escondida pelas savanas africanas, o arqueólogo pode estar tão concentrado em sua pesquisa que seus registros acabam sendo pertinentes apenas para si mesmo.

Há ainda um segundo fator que diz respeito à quantidade de coleções arqueológicas, que tem aumentado em um nível assustador, à dimensão de um paquiderme, e isso não é um privilégio nacional: reservas técnicas abarrotadas de material arqueológico, sem condições adequadas de salvaguarda ou sequer espaço suficiente para acondicioná-lo e todos esses fatores têm contribuído, como afirmam os arqueólogos Sullivan e Childs (2003, p. 1), "com a crise na curadoria de coleções arqueológicas".

Um terceiro aspecto, como as museólogas Gonçalves e Ballardo (2013) salientam, trata dos quadros funcionais nas instituições museológicas: ou não possuem profissionais, ou quando sim, lhes falta qualificação e motivação. Se essa é a realidade dos museus, de forma geral, imaginem-se as instituições de salvaguarda do patrimônio arqueológico, onde não há profissionais suficientes para dispensar os cuidados necessários, tanto aos elefantes e rinocerontes que se comprimem e disputam o pouco espaço disponível para eles, como para acolher a grande quantidade de emas e avestruzes que chegam em bandos das escavações de campo. Mesmo com a presença desses profissionais, seria necessária uma relação interdisciplinar mais próxima com os arqueólogos, para compreender suas atividades de maneira mais plena, utilizando esse conhecimento como subsídios para o registro pertinente das informações que acompanham o material arqueológico.

Dito de outra maneira, simples e direta, "enquanto a incorporação de coleções nos museus segue em um ritmo célere e ininterrupto, o tempo de processamento e extroversão das coleções marcha em ritmo paquidérmico, levando os museus/sistemas de informação ao colapso" (RIBEIRO, 2014, p. 104), agregando a este processo, segundo Santos e Mendonça (2012, p. 5), o insuficiente ou ausente "investimento destinado à conservação e à gestão da informação atribuída ao material", informações discrepantes e a ausência de "documentação arqueológica e museológica associada" (SANTOS e MENDONÇA, 2012, p. 5).

Além disso, o desenvolvimento acelerado de pesquisas de Arqueologia preventiva[13] provoca desespero a profissionais de museus e outros espaços de salvaguarda, de forma geral, documentalistas, museólogos (as), conservadores, com a grande quantidade de artefatos e fragmentos que são depositados nas reservas técnicas, muitas vezes com informações ineptas e organizadas das formas mais díspares. Isso porque a preocupação central, em muitos casos, é retirar o material do sítio arqueológico para dar um uso social ao espaço em que estava depositado (DELFORGE, 2014, p. 31).

Dentre os muitos danos que podem ser gerados pelo processamento e análise indevida do patrimônio arqueológico estão as

> […] reservas técnicas amontoadas de objetos desprovidos de sua camada simbólica, além de dificuldade e até inviabilidade de recuperação da informação, por razão de uma sistematização inadequada tanto dos acervos quanto de seus documentos (RIBEIRO, 2014, p. 104).

A preocupação dos profissionais que realizam o tratamento de coleções arqueológicas pode ser comparada ao mesmo de um profissional que se depara com um acervo histórico, por exemplo, sob guarda de um museu ligado a uma instância de pequeno ou médio porte, sem nenhuma informação, nem mesmo um termo de doação, contendo os registros mínimos das informações exógenas relativas aos objetos. O que pode amenizar essa situação é a pesquisa, proporcionando ocasionalmente o acesso ao doador ou familiar, ou a outras fontes de dados e, para esses casos, os profissionais que tratam o acervo museológico devem saber quais informações tentar recuperar e de que maneiras.

O material coletado em um sítio arqueológico, normalmente, ao ingressar em uma instituição, recebe o status de coleção e, portanto, sinaliza suas relações anteriores. Isso é fator importante, pois os artefatos e fragmentos isolados um do outro não fariam sentido em si mesmos. Contudo, para o tratamento museológico do patrimônio é fundamental o conhecimento do trabalho arqueológico por parte dos que processam as coleções dentro das instituições, buscando uma relação mais íntima entre a Arqueologia e a Museologia, visto que "[…] ambas focam suas preocupações na preservação do objeto e na relação que este teve e terá com a sociedade como fonte de informação e conhecimento" (MENDONÇA, 2012, p. 5).

---

13 Aqui "[…] entendida como todo e qualquer processo ou procedimento que vise a estabelecer de forma preventiva a proteção, para que não ocorra dano ou qualquer tipo de mutilação ao patrimônio cultural arqueológico" (**BASTOS; BRUHNS**, 2011, p. 94).

O que perguntar ao arqueólogo (através da documentação arqueológica)? Que informações poderiam auxiliar no processamento das coleções? O que fazer com a grande quantidade de fragmentos e artefatos? Será que a maioria deles conseguirá sair da reserva técnica, algum dia, para as salas de exposição? E se os fragmentos não estivessem devidamente registrados e salvaguardados, e fossem dissociados do resto da coleção? E se forem separados dos dados registrados durante a pesquisa de campo? Estas e muitas outras perguntas podem surgir a partir das reflexões postas anteriormente. Algumas delas poderiam ser respondidas agora, mas demandariam outros enfoques de pesquisa que possivelmente trariam resultados distintos, outras talvez ainda não tenham respostas.

**2.1 O patrimônio arqueológico como documento**

Ao se pensar em documento, possivelmente, a mente humana se remeta primariamente à imagem de algo impresso, da mesma forma que talvez o objeto tridimensional seja uma das últimas lembranças. No entanto, aos documentos já referidos são atribuídas informações que nem sempre são passíveis de "leitura"; muitas delas só se apresentam depois que o(a) pesquisador(a) formula e executa seus questionamentos. A pergunta é o que é um documento?

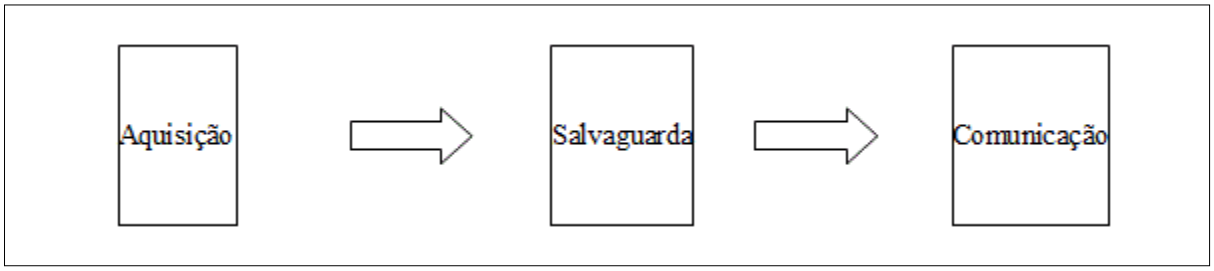
> Para reduzir um complicado problema a sua mínima expressão, no nível empírico, pode-se dizer que documento é um suporte de informação. Há, em certas sociedades, como as complexas, uma categoria específica de objetos que são documentos de nascença, são projetados para registrar informação. No entanto, qualquer objeto pode funcionar como documento e mesmo o documento de nascença pode fornecer informações jamais previstas em sua programação. Se, ao invés de usar uma caneta para escrever, lhe são colocadas questões sobre o que seus atributos informam relativamente à sua matéria-prima e respectivo processamento, à tecnologia e condições sociais de fabricação, forma, função, significação etc. – este objeto utilitário está sendo empregado como documento. (DE MENEZES, 1998, p. 94).

Nessa perspectiva, o material coletado, através de suas propriedades físicas e químicas; os sítios arqueológicos, por meio de características geológicas e geográficas, podem ser considerados documentos ou suporte de informação. Todavia, um olhar mais profundo lançado sobre a questão do patrimônio arqueológico, especificamente do ponto de vista da metodologia aplicada em campo, contempla não apenas o registro de artefatos, mas também o processo de musealização do próprio sítio, encarando-o como um sistema que vai muito além da cultura material encontrada nesse espaço, mas que se propõe a compreender

as relações estabelecidas dos artefatos entre si, assim como entre o patrimônio e a sociedade – tanto a que o elaborou como as que o interpreta.

A documentação, os artefatos e os sítios arqueológicos como suporte de informação utilizado na documentação museológica, tornam-se, a partir desta última, parte do processo conhecido como musealização. Para o Ribeiro (2014, p. 104), esse processo "segue um fluxo de aquisição, salvaguarda e comunicação" e poderiam ser comparados, nas instituições de guarda do patrimônio arqueológico, "aos sistemas de informação" dispondo do "componente de entrada, de processamento e de saída", enfatizando três aspectos: a manutenção do fluxo constante e coerente, o reconhecimento do fenômeno de comunicação como instrumento motivador de existência e a estruturação interdisciplinar do processo de musealização. Esse fluxo baseado em sistemas de informação poderia ser representado de acordo com o esquema na Figura 1.

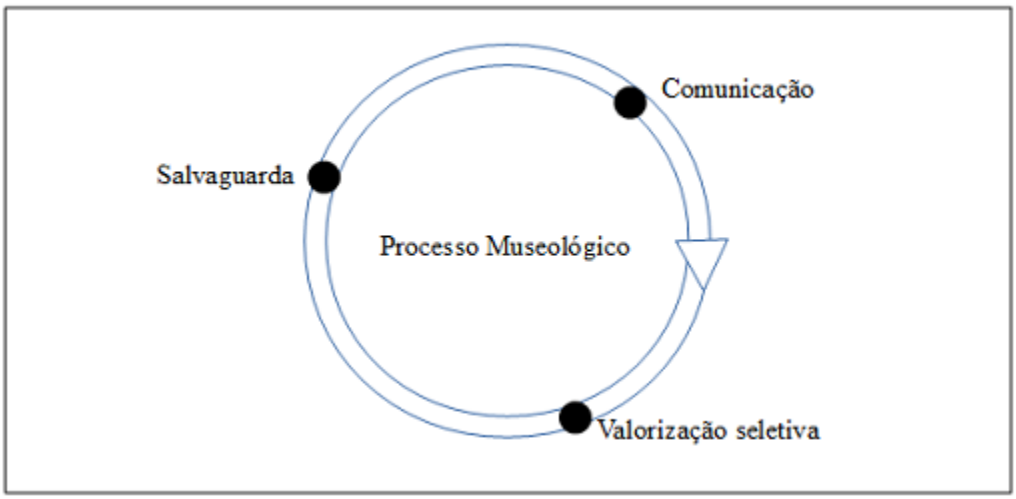
**Figura 1: Representação gráfica do processo museológico em formato linear e analógico ao sistema da informação**




**Fonte: Desenhado por Autor 1, 2018.**

O conceito de musealização aqui adotado compreende o processo que "se inicia na valorização seletiva" e "continua no conjunto de ações que visa à transformação do objeto em documento e sua comunicação" (CURY 2005, p. 25). Longe de ser uma sequência linear, esse é um processo retroalimentar em que os elementos que o compõem não estão ordenados de maneira fixa, ou seja, podem ser organizados em posições diferentes, inclusive repetindo-se (Figura 2).

**Figura 2: Representação gráfica do processo de musealização baseado no conceito de retroalimentação**

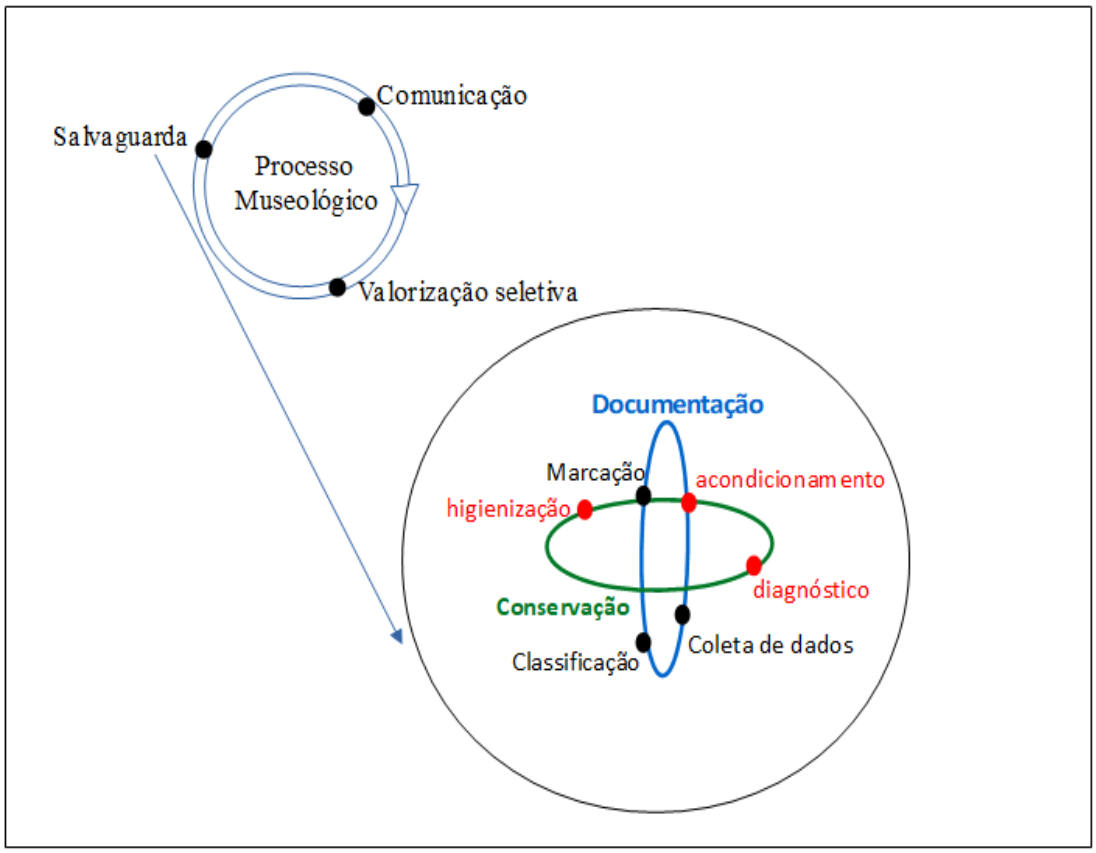


**Fonte: Desenhado por Autor 1, 2018.**

A substituição do termo aquisição por valorização seletiva é oportuno, pois a aquisição material do patrimônio não é prerrogativa para a valorização seletiva, que pode ocorrer também *in situ*. A seleção, no caso do patrimônio arqueológico, não se dá no âmbito da instituição de salvaguarda, mas sim por arqueólogos, através do trabalho de campo.

A Figura 3 usa como exemplo o processo de salvaguarda composto pela documentação e conservação, mostrando as inter-relações entre essas atividades e alguns dos elementos que a compõem, assim como de que maneira esses últimos se relacionam.

**Figura 3: Representação gráfica da relação dos processos de salvaguarda enquanto subprocesso da**




**musealização**

Fonte: Desenhado por Autor 1, 2018.

As representações elaboradas anteriormente foram criadas para serem empregadas no contexto museológico direcionado ao patrimônio arqueológico, partindo de questões

específicas, considerando não apenas os aspectos materiais, mas também o próprio sítio arqueológico, as relações estabelecidas nesse espaço e os métodos de pesquisa aplicados em campo, principalmente relativo às reflexões sobre valorização seletiva e aquisição, além dos procedimentos ligados à salvaguarda.

Durante a escavação são realizados procedimentos de diagnóstico do artefato, limpeza, mesmo que ainda em nível superficial, visando inclusive a permitir a identificação do material e o acondicionamento, para a realização do transporte até a instituição de salvaguarda. Por sua vez, o invólucro utilizado para acondicionar é marcado e associado às informações relativas ao sítio arqueológico e a outros artefatos encontrados, que, por seu turno, sofrem uma classificação, seja relacionada à localização da coleta, ao tipo de material que os compõe, ou a qualquer outra característica pertinente. Por outro lado, na instituição de salvaguarda esses processos também são realizados, mas em outra perspectiva.

É importante recordar que os procedimentos de documentação e de conservação não se restringem a esses exemplificados na Figura 3, havendo muitos outros que podem ser pesquisados a partir de bibliografia pertinente aos temas.14 O objetivo da representação gráfica é proporcionar a análise sobre as possíveis inter-relações entre os procedimentos, assim como entre os processos.

**2.2 Os procedimentos de campo e a documentação arqueológica**

Entre os procedimentos técnicos utilizados na Arqueologia, responsável pela coleta do material e posterior acondicionamento em espaços de salvaguarda, deve-se ressaltar o salvamento arqueológico. De acordo com os arqueólogos Bastos e Bruhns (2011, p. 93 e 94), as atividades desenvolvidas no salvamento vão desde o levantamento arqueológico, prospecções, resgate dos vestígios e estudos em laboratório até o trabalho técnico ligado a atividades educativas, exposição, divulgação acadêmica, curadoria e conservação preventiva.

Outro aspecto importante a ser realçado quando se trata da pesquisa de campo, análise do material e do processo de salvamento é a documentação arqueológica, que é também uma fonte de informação essencial no processamento do patrimônio arqueológico, principalmente no âmbito museológico. Mas, então, o que é documentação arqueológica?

Há diferentes maneiras de categorizar a documentação arqueológica e o referencial adotado aqui propõe quatro tipos: *provenience documentation*, que diz respeito a todo

14 Maiores informações sobre esses temas podem ser encontradas em trabalhos tais como Padilha (2014) e Teixeira (2012).

material de registro produzido na escavação; *analytic documentation*, produzida no laboratório por meio de manipulação e análise da peça; *administrative documentation*, referente à parte teórica da pesquisa, como o projeto e os dados financeiros; e *project reports*, documentos finais gerados pela pesquisa com a análise dos materiais e do contexto arqueológico (FOWLER; GIVENS, 1995, p. 2-4).

O fundamento para que a documentação arqueológica forneça subsídios que facilite o registro museológico e, consequentemente, a preservação do patrimônio arqueológico está na recuperação das informações geradas durante a intervenção de campo, que devem estar articuladas com o sistema de documentação museológica. Isso é importante porque nessa etapa não há uma ficha de documentação com metadados preenchida pelo arqueólogo. Essa documentação arqueológica produzida durante a intervenção no sítio são as fotografias, os desenhos de croquis a mão livre, o preenchimento de diários de campo, com textos que narram a perspectiva de cada pesquisador da equipe individualmente, desenhos estratigráficos, e a identificação dos artefatos, normalmente no recipiente em que é acondicionado, com o número de registro e a localização da coleta (DIAS, 2013).

Diferentemente, a documentação museológica procura organizar esses dados e outros produzidos em pesquisa pós-campo através da elaboração de instrumentos, como a ficha de registro com metadados que deverão ser preenchidos com as informações coletadas em campo. No entanto, os metadados criados na ficha de registro devem atender às prerrogativas do patrimônio arqueológico, que estão além de campos comuns a outros tipos de acervos como Nome do objeto, número de registro, tipo de material, peso, dimensões. Faz-se necessário incluir itens como contexto arqueológico, localização no sítio, método de coleta (em vez de tipo de aquisição), descrição do sítio, e não apenas dos artefatos.

Muito mais que isso, entende-se que a documentação museológica de bens arqueológicos, em pesquisas atuais, deve iniciar antes mesmo da pesquisa de campo, ponderando as perspectivas da investigação e determinando um referencial para que o sistema de numeração empregado atenda aos objetivos da análise arqueológica como um todo, inclusive nas decisões sobre as técnicas utilizadas no trabalho de campo, entre elas, a escavação. Isso porque a “Arqueologia de campo é, sem surpresa, o que os arqueólogos fazem

no campo. No entanto, também possui um considerável subsídio pré-campo e o uso de um recurso pós-campo ainda mais considerável" (DREWETT, 2001, p. 3).15

Todavia, ao considerar coleções que já estão inseridas no repositório (espaço de salvaguarda), em alguns casos há décadas e com ausência total do processo de curadoria, Sullivan e Childs (2003) apontam que o usuário precisa ser objetivo ao proceder suas pesquisas, levantando questões de acordo com a acessibilidade dos dados. Indo mais além, o curador de coleções precisará ser criativo sobre as necessidades de informação para elaborar um sistema de documentação museológico realístico, baseado nas informações disponíveis, para isso, o fator interdisciplinar entre Museologia e Arqueologia é essencial, pois

> [...] é preciso tratar o objeto arqueológico musealizado como fonte de informação e articular conhecimentos destas áreas afins, evidenciando o cuidado com o bem patrimonial por meio da interdisciplinaridade, com a finalidade de diminuir a possibilidade de interpretação equivocada, potencializando o acervo como indicador de memória. Um acervo deve gerar informação e, consequentemente, proporcionar uma melhor interação entre instituição, seus profissionais, pesquisadores e visitantes (MENDONÇA, 2012, p. 11).

A recíproca também é verdadeira, visto que a interação entre os profissionais e pesquisadores (sejam pertencentes a uma determinada instituição de salvaguarda ou colaboradores), por exemplo, arqueólogos e museólogos, pode estruturar um acervo com possibilidade de gerar mais informação.

**2.3 Documentação arqueológica e Documentação museológica: (des) articulações**

A documentação museológica processa e organiza informações relacionadas ao acervo, também relaciona e ordena os objetos em conjuntos, baseados em vínculos anteriores ao ingresso na instituição e/ou estabelecidos quando incorporados. Espera-se que os registros realizados em campo, em fotos, croquis e registros escritos relacionados ao posicionamento estratigráfico (documentação arqueológica), auxiliem no ordenamento estrutural das coleções e do patrimônio arqueológico no processo de musealização.

Outra questão relevante é que o registro do objeto musealizado não é restrito aos aspectos físicos, estende-se "aos contextos históricos e socioculturais de sua produção e uso. Esses dois níveis […] devem ser integrados em uma instância significativa, cuja construção é inviável sem os pressupostos da documentação" (LOUREIRO, 2008, p. 28).

15 "field archaeology is, not surprisingly, what archaeologists do in the field. However, it also has a considerable pre-field element and an even more considerable post-field element".

Normalmente, as fichas de registro de objetos museológicos trazem dados relativos à identificação do objeto, como número de registro, termo ou designação, classificação, procedência, registro físico, fotografia da peça; mas também as informações contextuais, tais como histórico, objetos associados, pesquisas, referências bibliográficas, e ainda podem constar dados sobre conservação, como diagnóstico, intervenções anteriores, recomendações (PADILHA, 2014; CÂNDIDO, 2006).

Para objetos arqueológicos, o contexto está relacionado ao conjunto como um todo, inclui o sítio arqueológico e os outros objetos posicionados em proximidades estratigráficas e espaciais (delimitadas por quadrículas, por exemplo). Portanto, é necessário incluir nos metadados, em uma ficha de registro arqueológica, os dados relacionados à descrição, ao contexto geográfico, ao histórico e a outras informações sobre o sítio, além das possíveis relações com outros objetos coletados, que podem servir para organizar não apenas as coleções, mas também as relações preexistentes, que podem ser registradas na ficha de documentação museológica antes mesmo da identificação individual do objeto, como número de registro, designação, aspectos físicos, entre outros.

A experiência profissional no Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal de Santa Maria (LEPA-UFSM) proporcionou a realização da documentação museológica com duas coleções: a do sítio Cabeceira do Raimundo (município de Santa Maria-RS) nas campanhas realizadas na década de 1980, anterior à implantação dos processos de articulação entre as documentações; e, a outra, do Sítio Santa Clara (cidade de Quaraí-RS), na campanha de 2013.

As pesquisas na Cabeceira do Raimundo foram realizadas inicialmente pelo arqueólogo Victor Hugo da Silva, que fundou o Laboratório em 1982 e o coordenou até seu falecimento em 1990, período em que coletou um quantitativo expressivo de cerâmica guarani, com escassa documentação arqueológica (desenhos, descrições de diário de campo e fotografias) depositada na instituição junto com o material.16

Segundo Ballardo (2013, p. 92), a metodologia, utilizada pelo pesquisador durante as atividades de campo, não estava explícita “tornando necessário o estudo metodológico dos trabalhos desenvolvidos nessa época no Laboratório no esforço de recuperar e salvaguardar a coleção e as informações remanescentes referentes a ela.”, o que foi sanada parcialmente

16 Em 2013, através da família do pesquisador, o Laboratório teve acesso e conseguiu salvaguardar cópias da documentação arqueológica elaborada por Vitor Hugo em seus trabalhos de pesquisa.

pela campanha de 1988, empreendida pelo arqueólogo Saul Milder, que possibilitou a coleta de informações sobre o material coletado e o sítio arqueológico, e estas, por sua vez, auxiliaram a preencher lacunas relacionadas à identificação do material arqueológico depositado no Laboratório. Ainda assim, o registro arqueológico de 1988 não possibilitou a articulação com a documentação museológica (que era inexistente na época) e que, quando da sua implantação, precisou deixar de propor questões que já não podiam ser respondidas.

Em contraponto, as pesquisas desenvolvidas no sítio Santa Clara, na campanha de 2013, sob coordenação de Saul Milder, ocorreram no período de implantação da documentação museológica no Laboratório e, a partir das reflexões interdisciplinares entre os profissionais de Arqueologia e Museologia, foi possível a vinculação dos procedimentos e registros arqueológicos com os museológicos.

A partir de então, o ingresso do material no LEPA-UFSM ocorria respeitando a classificação quanto a duas categorias (coloniais e pré-coloniais) e cada uma delas com suas subdivisões relacionadas à composição física do artefato (vidro, cerâmica, metal…) e, posteriormente, distribuídos na mesa de análises de acordo com o método de coleta (superficial, poços testes ou escavação).

Quanto a documentação arqueológica gerada em campo e que acompanhava o material arqueológico, segundo Dias (2013, p. 106) incluía o

> caderno de campo do coordenador de equipe, diários de campo dos escavadores, desenhos estratigráficos de todas as quadrículas e (como as escavações do LEPA seguem o modelo da academia francesa, portanto, pensando o objeto tridimensionalmente para obter a localização exata deste no sítio) também uma tabela contendo o número de campo de cada material, quadricula na qual foi encontrado e seus respectivos “x”, “y” e “z” medidos a partir do ponto zero, onde x= distância, y= largura e z= profundidade, em metros.

O traçado da localização do material a partir dos três eixos direcionais viabiliza o método de catalogação para coleções arqueológicas que relaciona os objetos por posição espacial, visando à compreensão do sítio a partir da memória “virtual” da plotagem numa base de dados, configurando-se os conjuntos de peças que compõem uma mesma quadrícula, por exemplo. O efeito disso é a elaboração de um “mapa virtual” do sítio arqueológico, objetivando seu uso nas pesquisas pós-campo.

Para a criação desse mapa, o uso de tecnologia da informação em base de dados para o registro de patrimônio e a musealização do sítio arqueológico tem sido bem-sucedido em

território nacional. No entanto, ressalta-se que ela é apenas um instrumento, como qualquer outro, do processo de documentação, similar ao Livro de Registro ou à Ficha de Identificação (BOTTALLO, 1998). Antes de empregá-la é vital a elaboração de um Projeto de Documentação Museológica, que abrange o sistema de classificação, termos de indexação, técnicas de identificação do objeto e, obviamente, ferramentas de registro, ou seja, definir diretrizes.

## 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os fatores considerados neste estudo apresentam-se como impulsionadores para a associação da documentação museológica e arqueológica são apenas alguns de vários outros que podem ainda ser levantados.

O grande volume de coleções arqueológicas em instituições museológicas, formado no decorrer de décadas com documentação de campo incompleta, seja por não ter sido introduzida completamente na instituição com os artefatos, seja por qualquer extravio durante os anos de permanência no espaço institucional, resulta em uma documentação museológica apartada do conhecimento gerado pela documentação arqueológica.

Além disso, o notável crescimento do trabalho no campo arqueológico no país, e como resultado de suas pesquisas, uma grande quantidade de material coletado e informações registradas, pressupõe a necessidade não apenas de espaço físico para proteção e preservação, como os museus ou outras instituições de guarda, mas também de procedimentos museológicos que considerem as questões particulares desse patrimônio.

As evidências apontam para a grande necessidade de produção de conhecimento relativa à interface entre Museologia e patrimônio arqueológico, que se configura a partir da constatação de que, apesar do crescimento contínuo dos estudos sobre a temática, desde inícios do século XXI, as pesquisas ainda são escassas no Brasil. Nesse sentido, é fundamental a articulação entre os procedimentos de documentação museológica e arqueológica, tanto ligada à pesquisa de campo, como às análises, que inclua os dados sobre os contextos, ou seja, os sítios arqueológicos, como suporte de informação.

## REFERÊNCIAS

BALLARDO, Luciana Oliveira Messeder. **Documentação museológica**: a elaboração de um sistema documental para acervos arqueológicos e sua aplicação no Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas/UFSM. 2013. 125f. Dissertação (Mestrado) - Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural – (UFSM), Santa Maria (RS), 2013. Disponível em:

https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/11012/BALLARDO,%20LUCIANA%20OLIVEIRA%20MESSEDER.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 27 jul. 2018.

BALLARDO, Luciana Oliveira Messeder; MILDER, Saul Eduardo Seiguer. Gestão de sítios arqueológicos através da documentação museológica do acervo. **Cadernos de Memória e Patrimônio**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural do Instituto de Ciências Humanas da UFPel. Pelotas, Ano 1, n. 0, p. 9-20, 1. sem. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/CAMP/article/viewFile/8871/5966>. Acesso em: 27 jul. 2018.

_____. Um sistema documental para acervos arqueológicos aplicado ao Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas/UFSM. **Cadernos do LEPAARQ**: Revista do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia da UFPel. Pelotas, v. VIII, n. 15/16, p. 27-40, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/viewFile/1674/155>. Acesso em: 27 jul. 2018.

**BASTOS, Rossano Lopes; BRUHNS, Katianne. As várias faces do Patrimônio Arqueológico.** In: MILDER, Saul Eduardo Seiger (Org.). **As várias faces do patrimônio.** Santa Maria: Pallotti, p. 75-116, 2011.

BOTTALLO, Marilúcia. A gestão documental do patrimônio arqueológico e etnográfico. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 6, p. 287-292, 1996. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/109275/107773>. Acesso em: 27 jul. 2018.

_____. As coleções de Arqueologia Pré-Colonial Brasileira do MAE/USP: um exercício de documentação Museológica. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 8, p. 257-268, 1998. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/109549/108034>. Acesso em: 27 jul. 2018.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. A Museologia a serviço da preservação do patrimônio arqueológico. **Revista do Instituto de Pré-História (edição comemorativa do cinquentenário da Universidade de São Paulo)**, São Paulo, v. 6, p. 301-323, 1984.

_____. Definição de curadoria: os caminhos do enquadramento, tratamento e extroversão da herança patrimonial. **Cadernos de diretrizes museológicas**, v. 2, Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Superintendência de Museus, p. 16-25, 2008. Disponível em: <http://www.cultura.mg.gov.br/files/museus/1caderno_diretrizes_museologicas_2.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2018.

_____. Musealização da Arqueologia: um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema. **Cadernos de SocioMuseologia**, Lisboa, v. 17, n. 17, 1999. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosocioMuseologia/issue/view/34>. Acesso em: 27 jul. 2018.

CÂNDIDO, Maria Inês.; Documentação Museológica. **Caderno de diretrizes museológicas.** v. 1, 2 ed. Brasília: Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Departamento de Museus e Centros Culturais, Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência e Museus, p. 31-90, 2006. Disponível em: <http://www.cultura.mg.gov.br/files/Caderno_Diretrizes_I%20Completo.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2018.

CASSARES, Norma Cianflone. **Como Fazer Conservação Preventiva em Arquivos e Bibliotecas.** São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2000. 80 p. – (Projeto Como fazer, 5). Disponível em: <http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf5.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2018.

CURY, Marília Xavier. **Exposição:** Concepção, Montagem e Avaliação. São Paulo: Annablume, 2005.

DELFORGE, Alexandre Henrique. Aspectos do Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico no Brasil. **Revista Espinhaço|UFVJM**, Diamantina, v. 6 n. 2 p. 20-35, mar. 2017. ISSN 2317-0611. Disponível em: <http://www.revistaespinhaco.com/index.php/journal/article/view/21>. Acesso em: 27 jul. 2018.

DIAS, Marjori Pacheco. Novos métodos curatoriais aplicados aos materiais arqueológicos: Da intervenção ao acervo. **Revista LEPA**, Santa Maria (RS), v.1 n.1, p. 63-70, 2013. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/lepa/revista/rev1/rev1art5.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2018.

DREWETT, Peter. **Field archaeology:** an introduction. Londres: UCL Press, 1999.

FOWLER, Don D.; GIVENS, Douglas. R. The records of archaeology. In: SILVERMAN, Sydel; PAREZO, Nancy. (Eds.) **Preserving the anthropological record.** New York: Wenner-Gren Foundation for Anthropological Research Inc., p. 97-106. 1995.

FRONER, Yacy-Ara. Conservação preventiva e patrimônio arqueológico e etnográfico: ética, conceitos e critérios. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 5, p. 291-301, dec. 1995. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/109243>. Acesso em: 27 jul. 2018.

GONÇALVES, Elane Santos; BALLARDO, Luciana Oliveira Messeder. Reflexões sobre a importância do profissional museólogo após a criação da Política Nacional de Museus. **Revista LEPA**, Santa Maria (RS), v.1 n.1, p. 63-70, 2013. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/lepa/revista/rev1/rev1art5.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2018.

GUIMARÃES, Carlos Magno; NASCIMENTO, Évelin. De sítio arqueológico a espaço musealizado: possibilidades e limites para a Arqueologia mineira colonial. **Anais do Museu Histórico Nacional,** Rio de Janeiro, v. 38, p. 25-44, 2006. Disponível em: <http://morrodaqueimada.fiocruz.br/pdf/11_sitio.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2018.

ICOMOS, 1990, ICOMOS. CARTA DE LAUSANNE, CARTA PARA A PROTECÇÃO E GESTÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO, 1990. **Cadernos de SocioMuseologia**, Lisboa, v. 15, n. 15, jun 2009. Disponível em:

<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosocioMuseologia/article/view/344>. Acesso em: 27 jul. 2018.

LAIA, Paulo Otávio; ARCURI, Márcia Maria Suñer. Os Desafios da Musealização: as instituições de guarda do patrimônio arqueológico e o passivo das coleções provenientes do licenciamento ambiental. In: 4º Seminário Preservação de Patrimônio Arqueológico. **Anais...** Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, p. 220-232, 2016. Disponível em:<http://site.mast.br/hotsite_anais_ivsppa/pdf/02/12%20LAIA_ARCURI_REV_FINAL.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2018.

LEAL, Ana Paula R.; SALLES, Jaime Mujica. Arqueologia, Museologia e Conservação: Análise da Documentação e do Gerenciamento de Dados Relativos à Coleção Proveniente do Sítio Santa Bárbara (Pelotas-RS). In: ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO UFPEL, 11., 2013 Pelotas. **Anais**… Pelotas: UFPel, 2013. Disponível em: http://cti.ufpel.edu.br/siepe/arquivos/2013/CH_02131.pdf. Acesso em: 27 jul. 2018.

LOUREIRO, José Mauro Matheus. Esboço acerca da documentação museológica. In: **Documentação em Museus**, v. 10, Rio de Janeiro: MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS (MAST), p. 23-33, 2008. Disponível em: <http://site.mast.br/hotsite_mast_colloquia/pdf/mast_colloquia_10.pdf> Acesso em: 27 jul. 2018.

MENDONÇA, Elizabete Castro. Musealização do patrimônio arqueológico em Sergipe: um estudo sobre endosso institucional e gestão de acervos coletados. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13., Fundação Oswaldo Cruz, 2012, Rio de Janeiro. **Anais**… Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, p.1-18, 2012. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xiiienancib/paper/viewFile/3920/3043>. Acesso em: 27 jul. 2018.

_____. Programa Nacional de Patrimônio Imaterial e Museu: apontamentos sobre as estratégias de articulação entre processos de Patrimonialização e Musealização. **Revista Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, v. 4, n. 8, p. 88-106, 2015. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/Museologia/article/view/16801/12200>. Acesso em: 27 jul. 2018.

MENEZES, Ulpiano T. B. de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 89-104, jul. 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2067/1206>. Acesso em: 27 Jul. 2018.

NOGUEIRA, Renata de Souza. **Quando um cemitério é patrimônio cultural.** 2013. 126f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social - (UNIRIO), Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.memoriasocial.pro.br/documentos/Disserta%C3%A7%C3%B5es/ Diss321.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2018.

PADILHA, Renata Cardozo. Documentação Museológica e Gestão de Acervo. **Coleção Estudos Museológicos.** v.2, Florianópolis: FCC, 2014, 71 p. Disponível em: <http://samapa.com.br/samapa/wp-content/uploads/2018/03/documentacao-museologica-e-gestao-de-acervo.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2018.

RIBEIRO, Diego Lemos. A Musealização da Arqueologia: um estudo dos Museus de Arqueologia de Xingó e do Sambaqui de Joinville. **Revista de Arqueologia**, Pelotas, v. 26/27 n. 2/1, p. 96-114, 2013/2014. Disponível em: <https://revista.sabnet.com.br/revista/index.php/SAB/article/view/383>. Acesso em: 27 jul. 2018.

SANTOS, Heide R. S. dos; MENDONÇA, Elizabete C. Documentar e musealizar: proposta para o patrimônio arqueológico do museu de Arqueologia de Xingó (MAX/UFS). **Scientia Plena**, Aracaju, v. 8, n. 12 (b), 2012. Disponível em: <https://www.scientiaplena.org.br/sp/article/view/1278/649>. Acesso em: 27 jul. 2018.

SCATAMACCHIA, Maria Cristina M.; RAMBELLI, Gilson. Arqueología regional e o gerenciamento do patrimônio arqueológico. **Revista de Arqueología Americana**, Cidade do México, p. 111-130, 2001. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/27768447?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 27 jul. 2018.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. O Patrimônio Arqueológico Brasileiro. **Revista de Arqueologia da SAB,** Rio de Janeiro, v. 05, n. 1, p. 11-18, dez. 1988. Disponível em: <https://www.revista.sabnet.com.br/revista/index.php/SAB/article/view/64>. Acesso em: 27 jul. 2018.

SULLIVAN, Lynne; CHILDS, S. Terry. **Curating archaeological collections**: from the field to the repository. Archaelogist's Toolkit 6. Lanham: Rowman Altamira, 2003. 150 p.

TAMANINI, Elizabeth. Museu, Educação e Arqueologia: Prospecções entre Teoria e Prática. **Revista do MAE-USP**, São Paulo, Suplemento 3, p. 339-345, 1999. Disponível em: <http://www.periodicos.usp.br/revmaesupl/article/viewFile/113478/111433>. Acesso em: 27 jul. 2018.

TEIXEIRA, Lia Canola. Conservação preventiva de acervos. **Coleção Estudos Museológicos.** v. 1 Florianópolis: FCC, 2012. 74p. Disponível em: <http://art-conservation.fr/wp-content/uploads/2014/10/Conservacao_Preventiva.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2018.

TOCCHETTO, Fernanda Bordin et al. Protocolo de ingresso de acervos arqueológicos em instituições de guarda e pesquisa: uma proposta do LÂMINA/UFPel e do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo, RS. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, SP, v. 11, n. 2[19], p. 6-24, nov. 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8649829>. Acesso em: 27 jul. 2018.